

Movimentos negros e ações afirmativas no ensino superior: resistências, diálogos e conquistas no Sul da Bahia*

MARIA RITA SANTOS**

Resumo: Este artigo aborda a centralidade de Movimentos Negros nas lutas pela efetivação das ações afirmativas visando o acesso de estudantes negros oriundos da escola pública à Universidade. Trata-se de discutir a desigualdade racial no ensino superior no Sul da Bahia, que se manifesta na ausência da população negra na universidade identificada por sujeitos negros moradores da periferia do município de Itabuna em 2001, a partir da realização de uma pesquisa. Considero que os Movimentos Negros, historicamente, atuam para reverter a exclusão de várias formas, dentre as quais: ações coletivas voltadas para a educação da população negra, ao tempo em que, denunciam a omissão por parte do estado brasileiro e sistematizam propostas de políticas públicas efetivas que reconheçam a desigualdade racial como central na formulação de ações afirmativas.

Palavras-chave: Movimento Negro; Ações Afirmativas; Ensino Superior

Black movements and affirmative actions in higher education: resistance, dialogue and achievements in southern Bahia

Abstract: This article addresses the centrality of Black Movements in the struggles for the effectiveness of affirmative actions aimed at the access of black students from public schools at the State University of Santa Cruz (UESC). It is about discussing racial inequality in higher education in the south of Bahia, which is manifested in the absence of the black population at the university identified by black subjects living on the outskirts of the municipality of Itabuna in 2001, based on a survey. I consider that the Black Movements, historically, act to reverse the exclusion in several ways, among which: collective actions aimed at the education of the black population, at the same time that they denounce the omission on the part of the Brazilian state and systematize public policy proposals that recognize racial inequality as central in formulating affirmative action.

Key words: Black Movement; Affirmative Actions; University education.

* Trata-se de um recorte da tese de doutoramento intitulada: SANTOS, Maria Rita. **Estratégias e Táticas de Permanência no Ensino Superior:** Narrativas sobre experiências de estudantes negros cotistas na Universidade Estadual de Santa Cruz (2012- 2017). Orientadora: Delcele Mascarenhas Queiroz. 2020. 169 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, 2020.



** **MARIA RITA SANTOS** é Doutora em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB); Pesquisadora e colíder do Grupo de Pesquisa em Acesso, Permanência e Evasão na Universidade (GRAPEUNI/ UESC/ CNPq); professora-pesquisadora do Pré-universitário para Afrodescendentes (PREAFRO/Itabuna-Bahia).

Introdução

Na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) as ações afirmativas foram aprovadas na Reunião do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 20 de dezembro de 2006, sendo o primeiro processo seletivo com reserva de vagas em 2008. Compreender esta aprovação, equivale relembrar o cenário efervescente das lutas negras por políticas públicas para o combate à desigualdade racial, evidenciadas na III Conferência de Durban (África do Sul), em 2001, que conclamou os estados participantes, dentre os quais o Brasil a concentrar investimentos adicionais em iniciativas de ações afirmativas, sobretudo, para a população negra. A preparação para esta conferência contou com a participação de Movimentos Negros de todas as regiões brasileiras, ampliando debates e possibilitando a abertura de diálogos com as universidades.

Em se tratando do sul da Bahia, notadamente, Ilhéus-Itabuna, onde se localiza a UESC as mobilizações de Movimentos Negros locais, no mesmo período, também reivindicavam políticas públicas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades raciais, sobretudo, no ensino superior. Para tanto, considero, conforme Gomes (2017) que esses atores políticos conquistaram um lugar central ao questionar o estado brasileiro a ausência da questão étnico-racial, como uma dimensão necessária e urgente na formulação de políticas, que provoquem rupturas nos obstáculos impostos as pessoas negras no acesso aos diferentes espaços na sociedade. Nessa perspectiva, são diversas as formas de organização e articulação de sujeitos negros, politicamente, posicionados na luta contra o racismo e a discriminação racial visando superá-los, com ações políticas

de enfrentamentos numa sociedade desigual como a brasileira.

O processo de formulação de Políticas de Ações Afirmativas, tanto no âmbito nacional, como local resulta de uma luta histórica, permanente e contínua de Movimentos Negros, envolvendo o apoio da comunidade e outros intelectuais antirracistas que se posicionam e atuam pública e politicamente contra desigualdades raciais. Sem os quais, as pautas do racismo e discriminação racial sequer teriam sido mencionadas nas agendas das políticas públicas brasileira (GONÇALVES; SILVA, 2000; GOMES, 2017). Desse modo, compreender os debates sobre desigualdade racial no ensino superior no Sul da Bahia, significa abordar a centralidade de Movimentos Negros nas lutas para a efetivação das ações afirmativas na UESC.

Reivindicações marcadas por resistências

Os Movimentos Negros no âmbito nacional, neste período, se encontravam fortalecidos pela visibilidade pós-Durban. Portanto, um momento propício para formulação de Políticas de Ações Afirmativas para combater o “resultado da discriminação, ou seja, o combate ao processo de alijamento de grupos raciais dos espaços valorizados da vida social” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 55). No sul da Bahia esse processo se manifesta, por exemplo, na ausência da população negra do ensino superior identificada por sujeitos negros moradores da periferia do município de Itabuna (próximo a UESC), em 2001, a partir da realização de uma pesquisa intitulada: “Diagnóstico Geral da Comunidade do Maria Pinheiro” idealizada por Egnaldo França, coordenador do Grupo Encantarte em parceria com agentes comunitários de saúde que, habitualmente, visitavam

todas as famílias. Assim, foram a 80% das casas, num total de 4.570 pessoas e constataram que nenhum dos jovens moradores tiveram acesso à universidade. (SANTOS, 2014).

Assim, identificaram um permanente e continuado “padrão de discriminação racial” (HENRIQUES, 2001, p. 27) evidenciado, dentre outros, pela ausência dos sujeitos negros desta comunidade ao ensino superior. Destaco, o lugar dos sujeitos que perceberam a repercussão da desigualdade racial nas possibilidades de acesso, ou seja, investigaram a própria comunidade a partir de dentro, sendo este o ponto de partida para outras ações. Neste mesmo ano, iniciaram um cursinho preparatório para o processo seletivo com aulas noturnas e diárias e a participação voluntária de professores, tornando possível o ingresso do primeiro estudante desta comunidade na UESC. Esta aprovação foi o marco inicial para ampliar as ações, por meio da junção do Grupo Encantarte com a Pastoral da Juventude Católica, o Grupo Ação Negra e a Consulta Popular criaram, em 2001, a Associação de Educação Pré-universitária. Posteriormente, estabeleceram parceria com a Prefeitura Municipal de Itabuna originando o Pré-universitário para Negros e excluídos (PRUNE) e também contaram com financiamento do Programa Políticas da Cor (UERJ/ Fundação Ford) e do Programa Diversidade na Universidade (MEC/UNESCO). Este pré-universitário atuou com 10 unidades em distintos bairros periféricos de Itabuna, sendo cinco financiados pela Fundação Ford e cinco pela prefeitura, contava com professores e graduandos da UESC, contribuindo entre 2002 a 2004 com o ingresso de 54 estudantes nas licenciaturas: Letras, História, Geografia, Pedagogia, Química, Biologia, Filosofia, Física, Matemática, Filosofia e em bacharelados, como:

Comunicação Social, Administração, Economia, Agronomia (FRANÇA, 2007; JOSÉ, *et.al.*, 2012).

Esta constatação de ausência gerada pela desigualdade racial permite algumas interpretações, proponho um breve retorno às narrativas dominantes sobre o processo de estadualização, que priorizaram abordar a desigualdade social sem discutir a dimensão racial. Essas escolhas produzem inexistências, provocam apagamentos, constroem estereótipos e interpretações distantes da realidade racial da Bahia. Isto posto, alguns questionamentos são possíveis: quando as narrativas dominantes utilizaram, por ocasião do processo de estadualização, o termo “estudantes pobres” se tratava de quais de grupos? As políticas públicas do ensino superior alcançavam os grupos excluídos revelados na pesquisa diagnóstico feita na comunidade do Maria Pinheiro? A desigualdade racial no ensino superior discutida a partir dos anos 2000 adverte, que políticas de acesso de cunho universalista desconsideram essa desigualdade e aqueles não alcançados, se tornam “os ausentes”, “os outros”, “os demais” e “os reprovados” nas seleções para o ingresso ao ensino superior.

Para Souza (2015) esses fariam parte de uma classe “abaixo” da explorada classe trabalhadora, são aqueles condenados a exercer os trabalhos mais duros e pesados, como cuidar dos filhos das classes média e alta para que estes possam se dedicar aos estudos e a trabalhos com altos salários, ou seja, “é antes de tudo o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente” (p. 233). Assim, a engenharia da produção de ausências adota a lógica do maior esforço para “os ausentes” superarem “o peso econômico e psicológico do racismo” (ALMEIDA, 2018, p. 37) com o máximo de

“sofrimento individual”, e, só então poderiam acessar os mesmos espaços dos privilegiados, justificando, assim, os mecanismos de exclusão.

As iniciativas de “cursinhos” para negros, buscaram inverter essa lógica produzindo presenças e segundo um estudo realizado nos cursos de graduação da UESC contribuíram, sobremaneira, para o acesso de jovens das camadas menos privilegiadas à universidade pública, sendo identificado dentre aqueles oriundos de “cursinhos populares” um percentual significativo de estudantes em todos os cursos de graduação (FIAMENGUE; JOSÉ; PEREIRA, 2007). Trata-se, portanto, de iniciativa, sobretudo, de Movimentos Negros em diversas cidades brasileiras face aos obstáculos enfrentados por estudantes negros para ingressarem nas Instituições de Ensino Superior, em geral com apoio de professores antirracistas que se colocavam a disposição para ministrarem aulas e atuarem na coordenação etc. (GUIMARÃES, 2006).

Esta experiência revela que os Movimentos Negros, historicamente, atuam para reverter a exclusão de várias formas, dentre as quais: ações coletivas voltadas para a educação da população negra, ao tempo em que, denunciam a omissão por parte do estado brasileiro e sistematizam propostas de políticas públicas efetivas que reconheçam a desigualdade racial como central na formulação de ações afirmativas, caso contrário prevaleceria a lógica preconizada pela igualdade formal de tratar a todos igualmente, ou: “um tipo de isonomia cega, que não atende à efetiva desigualdade estrutural que atinge determinados segmentos” (SANTOS, *et al.*, 2013, p. 544), quer dizer, concordar com esse argumento

significa também defender políticas de natureza universal que não contribuem para redução substancial dos efeitos das desigualdades.

Considero esta iniciativa de construção coletiva a gênese dos debates locais sobre desigualdade racial no ensino superior, porque, da identificação da ausência de negros, emergiu a junção de Movimentos Negros, que atuavam em diversas frentes de enfrentamento da exclusão racial, em torno das reivindicações para o acesso, por consequência, da implementação de ações afirmativas. Nessa perspectiva, conforme o relatório “Histórico cotas UESC, 2006”¹ que consultei para esta pesquisa, foram promovidos desde 2002 diversos debates sobre a “Política de Cotas” comprometidos com propostas para promover o acesso de estudantes de escolas públicas, que se autodeclaram negros. As discussões se ampliaram com diversos cursos pré-universitários populares regionais e outras organizações de Movimentos Negros, como: religiões de matriz africana, grupos de capoeira e dança, tanto que, em 2003, o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania da Região Sul realizaram o Fórum Regional de Iniciativas Negras em Itabuna, com a participação de representantes de Movimentos Negros do Estado da Bahia.

Ainda neste ano, o relatório descreve que o PRUNE realizou na UESC o Seminário Desigualdades Raciais no Ensino Superior, provocando reflexões no ambiente acadêmico, bem como a apresentação de experiências de outras universidades públicas, como: UERJ e UNEB que tinham efetivado ações afirmativas nos seus processos seletivos. Em 2004, após diversas ações reivindicatórias, a UESC decidiu

PRUNE.

¹ Disponibilizado para esta pesquisa pela professora Larissa Pereira, colaboradora do

publicar uma portaria criando uma Comissão para discutir a viabilidade da implementação de reserva de vagas, após algumas reuniões nas quais os participantes discutiam concordâncias e discordâncias sobre as ações afirmativas, não se chegou a um consenso, inviabilizando a construção de uma proposta. Então, a comissão se reuniu, apenas, uma vez e deixou de ser convocada (JOSÉ, *et al.*, 2012).

Foi um período de muitos debates, concordâncias, contestações e posicionamentos pró e contra “as cotas”. Nesta pesquisa priorizei argumentos que fundamentaram as ações afirmativas, tornando-as passíveis de serem implementadas em diversas instituições. Significa dizer, que houve argumentos contrários, mas escolhi destacar a centralidade das lutas negras, buscando enaltecer as conquistas, que exigiram um longo processo de organização coletiva parte central da resistência negra. Nesse sentido, as discussões realizadas na UESC se baseiam na realidade racial e social tantas vezes denunciada pelos Movimentos Negros, no âmbito nacional, que revelam a manutenção das desigualdades, gerando exclusão e exigindo a intervenção do estado brasileiro com políticas públicas específicas para aqueles excluídos, sobretudo, do sistema educacional.

Cabe reafirmar, de acordo com Gomes (2017), que desde a década de 1970, os Movimentos Negros juntamente com intelectuais negros e não negros comprometidos com o antirracismo alertaram que a desigualdade afeta a população negra, devido a uma complexidade de fenômenos com múltiplas causas, envolvendo aspectos políticos, econômicos e culturais. De tal modo, que discutir essa realidade exige colocar a raça como construção social, estrutural e estruturante na centralidade

das formulações de políticas públicas. Ressaltando, como propõe Almeida (2018) não se tratar de raças biológicas ou culturais para justificar tratamento discriminatórios entre as pessoas, contudo, a raça é um fator político, ainda, utilizado socialmente para legitimar segregação, naturalizar desigualdades de grupos considerados minoritários.

Nessa perspectiva, o preconceito e a discriminação racial se reinventam, assumem distintas manifestações, ou seja, não são reminiscências do passado guardados na memória, dissociados do presente e estão relacionadas com “benefícios simbólicos adquiridos pelos brancos no processo de competição e desqualificação dos negros” (HASENBALG, 2001, p. 21). Interpreto como, uma complexa engenharia contínua e permanente, que ou nega o racismo ou admite a sua existência “como um problema comportamental” (ALMEIDA, 2018, p. 129, cuja solução se encontra nos indivíduos, desse modo:

Reduzir o racismo a um problema ideológico, sem destacar as questões políticas e econômicas que o envolvem; desviar o debate racial para o campo da meritocracia, já que o racismo viraria um problema de *superação pessoal*; responsabilizar o *indivíduo* pelo próprio *fracasso* diante de um cenário de precariedade no sistema de educação. [...] Se olharmos para o debate brasileiro sobre cotas raciais, embora acreditando que o problema do racismo – e da desigualdade – é educacional, muitas pessoas foram contrárias às políticas de cotas. Isso se explica pelo fato de que no Brasil, a universidade não é apenas um local de formação técnica e científica para o trabalho, mas um espaço de privilégio e destaque social, que no imaginário social produzido pelo racismo foi feito para pessoas brancas. (ALMEIDA,

2018, p. 129, grifos do autor).

A ideia de fracasso ou superação pessoal retira do estado o compromisso com a formulação de políticas públicas, desconsiderando que o combate ao racismo não acontece via histórias de superação individual, porque, estão inscritas no campo da exceção e ainda que sirva de referências para as “coletividades bivalentes” são acontecimentos restritos a poucos, utilizados para difundir a inexistência do racismo, concordar com este raciocínio significa que a intervenção das políticas seriam desnecessárias. Ora, este tipo de manobra argumentativa não encontra comprovação no mundo social, porque, o racismo é estrutural, dessa maneira, “as outras classificações são apenas modos parciais e incompletos de conceber o racismo”. (ALMEIDA, 2018, p. 15).

Compreendo a partir dos processos de exclusão sistematizadas em Relatório (1995) pelos Movimentos Negros e entregue ao estado brasileiro, que reconhece, tardiamente, a urgência de incluir a dimensão racial na implementação de políticas públicas para promover a redução das desigualdades raciais e sociais, de igual modo, deve admitir que os negros são diferentes como “coletividades bivalentes tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura”. (FRASER, 2006, p. 233). Decorre daí, que a luta por “reconhecimento da diferença” (FRASER, 2006, p. 231). empreendida pelos Movimentos Negros ocupa centralidade na implementação das Políticas de Ações Afirmativas, com vistas ao acesso à universidade, mas, não só, porque, se trata de ações efetivas para

o enfrentamento do “racismo como questão estrutural que organiza as relações sociais no país” (ENMZ, 1995) implicando, então, uma reestruturação político-econômica envolvendo redistribuição, até porque a raça e classe são princípios estruturais da economia política (FRASER, 2006).

Além disso, as exigências de políticas públicas para a promoção da igualdade racial se referem a correção das injustiças culturais e simbólicas, pois o “racismo cultural opera a frequente desvalorização e depreciação de coisas tidas como “negras”, “marrons” e “indígenas” (FRASER, 2006). Nesse sentido, injustiças econômicas se articulam com as simbólicas num movimento de permanente reinvenção e manutenção das estruturas que sustentam as desigualdades, denunciadas pelas lutas de movimentos negros que consideraram também as pesquisas (FERNANDES, 1972. HASENBALG e SILVA, 1988; HENRIQUES, 2000; 2001; SILVÈRIO, 2003; Paixão, 2008; 2010); sobre a realidade brasileira que demonstram “a raça como um marcador determinante da desigualdade econômica, e que direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas” (ALMEIDA, 2018, p. 122). Assim,

A multicausalidade, que está na base das distintas formas de desvantagens que estruturam as desigualdades entre negros e brancos, não nos autoriza a determinar qualquer causa última a priori em qualquer situação específica no contexto brasileiro. Desta forma, as propostas de ações afirmativas, incluindo as cotas, devem considerar as diferentes possibilidades de articulação entre as injustiças simbólicas e econômicas no Brasil a que estão

submetidos os negros, em geral, e as mulheres negras, em particular. (SILVÉRIO, 2003, p. 67)

Portanto, as lutas negras não são engenharias contemplativas, que apenas observam o mundo social a distância, como se não fossem parte dele e não buscassem mudanças estruturais concretas. Ao contrário afirmam identidades específicas, como fundamentais para a construção de políticas públicas, sem, contudo, se limitar a afirmação da diferença e ao individualismo, este tão caro a abordagem neoliberal. Então, se trata de reivindicar políticas que contemplem as diferenças como um marcador conectado com as estruturas, caso contrário pode “servir aos propósitos de reprodução do capitalismo, que historicamente tem se mostrado capaz de metabolizar o racismo e transformá-lo em aspirações de consumo e de poder” (ALMEIDA, 2019, p. 94). Nesse sentido, que ações afirmativas para o acesso de negros a universidade buscam estilhaçar, enfraquecer e romper essa lógica excludente, que constrói barreiras quase intransponíveis, porque, fomenta “injustiças simbólicas e econômicas”.

De sorte que as evidências empíricas e conceituais fundamentaram os debates sobre a efetivação das ações afirmativas que se intensificaram na UESC com o ingresso dos estudantes oriundos do PRUNE (2002-2004) e de outros “cursinhos populares” da região, que romperam os obstáculos de acesso e se encontraram frente as demandas da ausência de permanência. Nesse sentido, segundo José, (*et.al.*, 2012) este grupo foi acompanhado pela coordenação do PRUNE, com visitas domiciliares e reuniões de acompanhamento das atividades acadêmicas de cada um, identificando dificuldades, como: a padronização/imposição curricular aliada às dificuldades econômicas,

barreiras impeditivas da permanência qualitativa de pobres e negros no ambiente acadêmico. Constataram também, que o ingresso desses sujeitos ultrapassa o caráter da conquista individual, repercutindo no contexto social em que estão inseridos, alterando significativamente as formas de compreensão das suas comunidades.

Dessa forma, o ingresso de estudantes negros no ensino superior, evidencia o ineditismo comum a maioria desse grupo racial e compreendo que ao ingressar se encontram numa condição à semelhança da descrita por Collins (2016) como “estrangeiros de dentro” marcada por acontecimentos singulares e coletivos que tencionam o ambiente acadêmico para a construção de outras interpretações sobre a relação dos estudantes negros com a universidade. Esta por sua vez, em concordância com Gomes (2017) precisa aprender lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes e formas de construir o conhecimento acadêmico e trajetórias de vida diferentes daqueles estudantes hegemônicos idealizados no Brasil. Nesse contexto, a UESC provocada pelos “cursinhos populares”, devido a necessidade de acompanhar os novos e diferentes estudantes, decide por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) propor que

um professor e uma professora da Universidade, participantes do PRUNE, propusessem um programa de acompanhamento dos estudantes oriundos de pré-universitários populares recém-ingressos na UESC. Tendo como referência o breve acompanhamento desenvolvido anteriormente, o Departamento de Ciências da Educação, em parceria com a coordenação do PRUNE. fomentou e viabilizou a estruturação do Programa de Democratização do Acesso e Permanência de

Estudantes das Classes Populares (PRODAPE), que surgiu, assim, como uma contribuição efetiva para a atenuação das dificuldades enfrentadas por esse grupo na Universidade, além da preparação para o ingresso em estágios (JOSE, *et.al.*, 2012, p. 153).

Então, em 2005, se inicia vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) o Programa de Democratização do Acesso e Permanência de Estudantes Provenientes de Classes Populares (PRODAPE, 2005-2007) com financiamento do UNIAFRO-MEC, com recursos da UESC e a mesma equipe pedagógica que coordenou o PRUNE, favorecendo o desenvolvimento de um programa de acompanhamento ao estudante semelhante ao realizado com os estudantes do cursinho. Assim, a proposta previa atuar, sobretudo, com: acesso, permanência e formação com o “objetivo articular meios e criar condições para viabilizar o processo de democratização de oportunidades no acesso e na permanência qualitativa das camadas populares na universidade

pública”. (PRODAPE, 2005, s/p). Para tanto, conforme Pereira (2010) desenvolveu-se de 2005 a 2007: uma Pesquisa de Amostragem Étnico-Racial na UESC²; os Fóruns Pró-Lei nº10.639/03³, o projeto Afrodescendência Afirmada⁴, lançou o Portal Bantu-Iê⁵ e ofertou o Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação e Relações Étnico-Raciais⁶.

O PRODAPE conquista projeção na UESC ao aprovar o Programa Bantu-Iê: África-Brasil e Educação das Relações Étnico-Raciais nos editais UNIAFRO/MEC (2005.2 e 2006.1), inclusive, considerando este um “projeto experimental” (UESC, 2006) voltado para: a permanência de estudantes, majoritariamente, negros e oriundos de pré-universitários, como: - PRUNE, Universidade para Todos⁷ - gratuitos e cadastrados na universidade, sendo 10, em 2006, e 13, em 2007. No primeiro ano, em 2005, acompanhou 70 estudantes, no segundo mais 93, distribuídos em 19 cursos de graduação, visando colaborar com a permanência dos estudantes. Para tal realizou a

² Cf. Fiamengue; José; Pereira (2007) realizada junto à comunidade estudantil da UESC (aproximadamente seis mil estudantes) e aos candidatos do vestibular (cerca de 15 mil candidatos para 1,2 vagas) e aos concluintes do Ensino Médio público e privado de Ilhéus e Itabuna.

³ A Lei 10.639/03 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [L10639 \(planalto.gov.br\)](http://L10639.planalto.gov.br). Acesso em: 18 nov.2019. Esses fóruns, segundo Fiamengue; José; Pereira (2007) consistiam em uma rede de discussões periódicas, minicursos e oficinas acerca da referida temática, envolvendo o poder público, docentes, sociedade civil, movimentos sociais e estudantes da especialização em suas comunidades de atuação buscando fomentar e fortalecer nos municípios

circunvizinhos à UESC, as reflexões e práticas que atendam, de acordo com o disposto nesta lei.

⁴ Se trata de mapeamentos, registros e publicações de expressões culturais e políticas da história/povo afrodescendentes que possam subsidiar o ensino de cultura afro-brasileira nos municípios circunvizinhos à UESC, afirmando-as positivamente. (FIAMENGUE; JOSÉ; PEREIRA, 2007)

⁵ Uma rede na internet para divulgar as ações afirmativas para negros na região, envolvendo informações, eventos, material didático pedagógico produzido sobre a Lei 10 639/03.

⁶ Um curso gratuito oferecido pelo Departamento de Ciências da Educação em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-baiano Regionais, formando 96 professores da Educação Básica na temática em questão.

⁷ “Pré-universitário coordenado pelas secretarias de Educação (SEC) e da Fazenda (SEFAZ), em parceria com as universidades estaduais da Bahia, cujos estudantes eram oriundos de escolas públicas da região”. Cf. José, (*et.al.* 2012, p. 153)

orientações didático-pedagógicas, estágios extracurriculares, grupo de estudos e oficinas. (PRODAPE, 2006; JOSÉ *et.al.*, 2012).

De tal modo, que as ações visando a permanência qualitativa não se limitavam a dimensão material, via bolsa/auxílio, posto que, envolvia também o fortalecimento acadêmico e institucional, por meio de atividades de pesquisa e extensão, incentivando e fornecendo as condições formativas para a participação em congressos na condição de bolsistas-pesquisadores. Em síntese, envolvia acesso, permanência, reconhecimento das diferenças e questões de classe. (JOSÉ, *et.al.*, 2012),

Nesta perspectiva, 10 estudantes-bolsistas participaram da pesquisa Amostragem Étnico-Racial na UESC e região intitulada *UESC em preto e branco* com o “objetivo de traçar o perfil socioeconômico e étnico-racial dos estudantes desta universidade. Para tanto, foram entrevistados 1.611 estudantes dos diferentes cursos que a instituição oferece” (FIAMENGUE; JOSÉ; PEREIRA, 2007 p. 2). Este estudo demonstrou um perfil detalhado da comunidade estudantil, abarcando todos os cursos de graduação e revelando que a composição racial dos cursos de licenciatura e bacharelado indica espaços demarcados, sendo: os cursos de maior prestígio social com a maioria de suas vagas ocupadas por estudantes autodeclarados brancos, o inverso ocorre em nos cursos de menor prestígio social. Este documento tornou-se referência para reafirmar a urgente necessidade da implementação de Políticas de Ações Afirmativas para a população negra, uma reivindicação de Movimentos Negros regionais, que desde 2002 empreenderam esforços para potencializar o acesso e permanência de estudantes negros. Então, busquei neste

texto sintetizar esse longo período de debates, que resultou na elaboração, assinatura e envio a reitoria de uma proposta coletiva de Resolução para implementação da Reserva de Vagas por diversos Movimentos Negros da região, representantes da Câmara Municipal de Itabuna, cursos pré-universitários populares e o grupo de estudantes-bolsistas do PRODAPE/BANTU-IÊ. (FIAMENGUE; JOSÉ; PEREIRA, 2007).

Além disso, neste mesmo ano, aconteceu uma das maiores manifestações pró-cotas, quando a rodovia em frente a UESC foi fechada por: movimentos negros, estudantes da especialização, pré-universitários e estudantes secundaristas. De tal modo, que a Reitoria convidou o recém-estabelecido Comitê Pró-Cotas para discutir a reserva de vagas no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Nesta ocasião ficou determinado a formação de uma nova comissão, que ao longo de todo o segundo semestre deveria analisar, discutir e reformular a proposta anteriormente enviada. (PRODAPE, 2006). A partir de então foram realizadas reuniões semanais com a participação desses representantes, sendo que essa proposta não foi construída sem negociações e conflitos para decidir quais estudantes poderiam participar do processo seletivo por meio da reserva de vagas “se estudantes de escolas públicas, se estudantes autodeclarados (pretos ou pardos) sem exigência de vínculo com o ensino público, se indígenas ou quilombolas” (JOSÉ, *et al.*, 2012, p. 155).

A polêmica em torno do critério de cor ou raça continuou revelando uma das facetas da ideologia racista, a manipulação do discurso para repressão da mobilização popular e manutenção da exclusão nos

espaços de poder. Desta forma, embora se reconheça que a sociedade brasileira é racista, na qual os negros são facilmente identificados e discriminados, diante da mobilização pela reserva de vagas se estabelece a “dificuldade” de identificar os negros que legitimamente teriam direito a acessar as vagas reservadas para eles. (JOSÉ, *et al.*, 2012, p. 155).

Essas discussões “de fora para dentro da Universidade” (JOSÉ, *et al.*, 2012, p. 157). também foram influenciadas por outras instituições de ensino superior que adotaram essa forma de acesso que repercutiram na estruturação da proposta definitiva, qual seja: 50% das vagas de cada curso de graduação destinada aos estudantes de escola pública e, deste percentual, 75% para os/as estudantes negros/as. Propõe, ainda, a criação de até duas vagas por curso para estudantes índios/as ou de comunidades remanescentes de quilombos. Esta proposta foi encaminhada para ser submetida a votação do CONSEPE, sendo aprovada em dezembro de 2006, numa reunião histórica, acompanhada por diversos Movimentos Negros regionais. (PRODAPE, 2006).

Com essa aprovação a universidade se encarregou de informar e explicar aos interessados da comunidade externa sobre os novos critérios para o próximo processo seletivo, pelos meios de comunicação. Enquanto isso, de forma espontânea, os estudantes-bolsistas, os coordenadores do PRODAPE/BANTU-IÊ e professores da educação básica se organizaram para percorrer as escolas públicas da região, realizando palestras e discussões sobre o acesso à universidade. (JOSÉ, *et al.*, 2012). Penso que esta iniciativa tem a ver com uma espécie de retorno ao começo, ‘pois, os estudantes-

bolsistas⁸ envolvidos nestas atividades são oriundos dos pré-universitários populares e participaram dos debates por reserva de vagas, que acabara de se efetivar, sendo fundamental retornar as escolas públicas para informar as novas possibilidades de acesso ao ensino superior.

Sobre essa atuação do PRODAPE compreendo a partir de Santos (2009), numa perspectiva plural, realista e crítica, que pode contribuir para recuperar a capacidade de espanto e de indignação e oriente para a formação de subjetividades inconformadas com as injustiças sociais e raciais. Nesse sentido, este programa serve de parâmetro para a construção de uma política de permanência no ensino superior, que considere essas subjetividades, estabeleça recursos específicos, bem como, amplie as ações para além da dimensão material, sob pena de manter uma dinâmica com regras e padrões que dificultam ao invés de potencializar a permanência de estudantes negros.

Algumas considerações

Considero, que o debate sobre ações afirmativas sequer faria parte da agenda política governamental sem as lutas reivindicatórias, historicamente, empreendidas por esses movimentos negros, pois, a ausência da dimensão racial tem sido intencional e estruturante de hierarquias racial e social nos diversos campos, provocando a naturalização das desigualdades. De fato, uma conquista com singularidades que vale destacar: as demandas por acesso emergiram da comunidade negra sem intervenção de instituições públicas; a unidade de diversos Movimentos Negros; parcerias com o poder público local para acrescentar recursos materiais

promovendo debates sobre o acesso por reserva de vagas na UESC.

⁸ Em 2007 fui bolsista do PRODAPE e fiz parte desse grupo que percorreu as escolas públicas

necessários para ampliar as ações visando o acesso; diálogos com professores antirracistas comprometidos com o enfrentamento da desigualdade racial; as reivindicações marcadas por resistências, envolvendo debates públicos referendados nos estudos sobre desigualdades raciais; diálogos com a universidade considerando também as experiências de estudantes negros ingressantes por meio de pré-universitários, confirmando a viabilidade da reserva de vagas.

Portanto, instituir reserva de vagas com critérios raciais exigiu esforços conjuntos de sujeitos comprometidos com ações efetivas para enfrentar, desnaturalizar e reduzir as desigualdades raciais na universidade, por meio da adoção de uma “discriminação positiva” definida por Almeida (2018, p. 26) “como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa”.

Considero, então, as reivindicações de Movimentos Negros por ações afirmativas experiências marcadas pela resistência, sem a qual as lutas por acesso e permanência não seriam coletivas e comprometidas com os enfrentamentos dos efeitos da desigualdade racial na universidade, que parafraseando Santos (2011) acontece em conjunto com a desigualdade social, mas não deve ser reduzida a esta, por isso, ações específicas devem ser adotadas. Caso contrário, as injustiças cognitivas, porque, também raciais e econômicas se tornariam insuperáveis.

Referências

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).

COLLINS, Patrícia. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1, janeiro/abril 2016.

EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI. (ENMZ) **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e vida.** Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1995. Disponível em: Memorial da Democracia - Memorial da Democracia.

FIAMENGUE, Elis. C.; JOSE, D. Wagner. PEREIRA; A. Carlos. J. **A UESC em preto & branco: pesquisa de amostragem étnico-racial.** Brasília: MEC/SECAD, 2007.

FRANÇA, Egnaldo. F. **Periferia e Autoafirmação: resistência à flor da pele.** 2007. Disponível em: <http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2013/06/Periferia-e-AutoAfirma%C3%A7%C3%A3o-resist%C3%A2ncia-%C3%A0-flor-da-pele.pdf> Acesso em: 15 jul.2019.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “póssocialista”. **Cadernos de Campo**. v. 15, n. 14–15, p. 231–239, 30 mar. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 27 nov.2020. Acesso em: 27 nov. 2020.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. [ISBN 978-85-326-6148- 7 – Edição digital]

GONÇALVES, L. Alberto; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. Movimento negro e educação”. In: Secad/MEC/ANPED. **Educação como exercício de diversidade.** Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2005.

HENRIQUES Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** IPEA 2001.

JACCOUD, Luciana de B. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental** / Luciana de Barros Jaccoud e Nathalie Beghin. - Brasília: Ipea, 2002.

JOSÉ, Wagner D.; MEIRELES, Andréa Maria B.; DIAS, Girlene Écio D; GALDINO, Daniela; GONÇALVES, Alba L.; A implantação da reserva de vagas na Universidade Estadual de Santa Cruz: uma trajetória de mobilização social. In: **Cotas nas universidades: análises dos**

processos de decisão / Jocélio Teles dos Santos, organizador. - Salvador: CEAO, 2012.

PROGRAMA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES PROVENIENTES DE CLASSES POPULARES- PRODAPE, 2008. Disponível em: [Documento sem título \(uesc.br\)](#). 2006. Acesso em: 15 dez.2019.

PROGRAMA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES PROVENIENTES DE CLASSES POPULARES -PRODAPE. **Cotas na UESC.2005**. Disponível em: [Documento sem título \(uesc.br\)](#). Acesso em: 15 dez.2019.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Maria Rita. “**Quantos além de mim**”? Narrativas das experiências de acesso à universidade de educadores negros do PREAFRO em Itabuna-Bahia.2014 Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

SANTOS, Maria Rita. **Estratégias e Táticas de Permanência no Ensino Superior**: Narrativas sobre experiências de estudantes negros cotistas na Universidade Estadual de Santa Cruz (2012-2017). Orientadora: Delcele Mascarenhas Queiroz. 2020. 169 f. Tese (Doutorado em

Educação e Contemporaneidade) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. *In: Educação e ações afirmativas*: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. 2004-2011. **Relatório anual de atividades/** Universidade Estadual de Santa Cruz. – Ilhéus: Editus, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Resolução Consepe nº 64/2006**. Institui reserva de vagas no processo seletivo para os cursos de graduação da UESC e dá outras providências. UESC, 2006.

Recebido em 2022-10-05
Publicado em 2022-11-01